

RELAÇÕES ARGENTINA-BRASIL: RIVALIDADE, COOPERAÇÃO E IDENTIDADES¹

Luiza Elena Januário²

Resumo: Rivalidade e cooperação são duas lógicas básicas para o entendimento da construção do relacionamento entre Argentina e Brasil, uma vez que oscilações entre essas dinâmicas marcaram as interações entre os Estados. A área nuclear apresenta-se como profícua para analisar as relações bilaterais, pois se trata de um campo sensível em sua essência que passou por um processo de desmonte das desconfianças e desenvolvimento de padrões de cooperação entre Argentina e Brasil. O presente trabalho propõe uma síntese histórica das lógicas de rivalidade e cooperação nas relações entre os Estados e busca problematizar o papel que as identidades apresentam nessa dinâmica.

Palavras-chave: relações Argentina-Brasil. área nuclear. Identidades. Rivalidade e cooperação.

Abstract: Rivalry and cooperation are two basic logics to understand the construction of the relationship between Argentina and Brazil since oscillations between these dynamics have marked the interactions between these States. The nuclear area presents itself as fruitful to analyze bilateral relations because it is a sensitive field that has undergone a process of dismantling of mistrust and developing of cooperation between Argentina and Brazil. This paper proposes a historical overview of the logics of rivalry and cooperation in the relations between the States and it raises questions about the role that identities play in this dynamic.

Keywords: Argentina-Brazil relationship. Nuclear field. Identities. Rivalry and cooperation.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, o relacionamento entre Argentina e Brasil é bastante comentado pela mídia e pela área acadêmica, especialmente no que tange as relações econômicas e no referente ao Mercosul. Esses dois países apresentam grande importância política na América do Sul, sendo que perturbações graves no relacionamento bilateral entre esses Estados podem trazer tensões para toda a região e refletir negativamente na integração do sub-continente desde a Unasul, além do imenso potencial de desestabilizar as bases do Mercosul.

Inicialmente, o presente trabalho busca trazer a construção das relações históricas entre os dois países em questão por meio de duas tônicas dominantes: a rivalidade e cooperação. Para isso são citados alguns exemplos históricos e eventos compreendidos como significativos para uma visão adequada da dinâmica citada. Destaca-se então a particularidade do campo nuclear e a procura por cooperação nesta área. A seguir é trabalhada a perspectiva construtivista em Relações Internacionais para indicar chaves para a compreensão do movimento referente ao relacionamento entre Argentina e Brasil, particularmente no que diz respeito à questão das identidades. Por fim, realiza-se a proposta de incorporar o conceito de normas para o melhor entendimento do processo discutido e suas possibilidades futuras.

2 RIVALIDADE, COOPERAÇÃO E IDENTIDADES

Rivalidade e cooperação constituem dois traços básicos para a compreensão do desenho das relações entre Argentina e Brasil. Essas duas lógicas pautaram períodos, sempre sujeitos a inflexões, de distanciamento e aproximação entre os países. Assim, no período de constituição dos Estados-nacionais, a primazia foi da rivalidade em um contexto de tensões devido a disputas fronteiriças e por influência sub-regional. Esse quadro foi posteriormente mitigado, mas a desconfiança continuou presente. Pode-se afirmar

¹ Pesquisa desenvolvida parcialmente com bolsa PIBIC sob orientação do Prof. Dr. Samuel Alves Soares da Unesp – *Campus Franca*.

² luiza_januario@hotmail.com

que uma fase claramente de caráter cooperativo ganhou força a partir da década de 1980 com uma série de acordos e entendimentos.

De acordo com Mello (1996), uma auto-imagem idealizada de si próprio e uma visão preconceituosa a respeito do outro estavam historicamente no cerne das desconfianças que pautavam a lógica da rivalidade. Assim, a Argentina percebia o Brasil como “portador de uma irrefreável vocação expansionista, herdada do ‘espírito bandeirante’ e da geografia lusitana; na percepção brasileira, a Argentina acalentava um *ethos* irredentista, cujo sonho era a restauração do Vice-Reino do Prata hegemônico por Buenos Aires” (MELLO, 1996, p.33).

Pode-se considerar que o peso da rivalidade nas relações diminuiu e abriu-se espaço em 1961 para o desenho de uma fase mais cooperativa segundo o ‘espírito de Uruguaiana’, o qual salientava a importância de coordenação entre Argentina e Brasil em organismos multilaterais (RUSSELL; TOKATLIAN, 2002). Porém, essa tentativa de aproximação não gerou muitos frutos e serve para ilustrar o pêndulo entre a rivalidade e a cooperação, uma vez que nesta mesma década ocorreu um recrudescimento das relações. Cabe salientar que os anos de 1970 foram marcados por complicadas negociações sobre a utilização de recursos fluviais do Rio Paraná.

Considerando o embate sobre recursos fluviais, o Acordo Tripartite de Itaipu e Corpus de 1979 entre Argentina, Brasil e Paraguai representa, segundo Mathias, Guzzi e Giannini (2008), o antecedente mais importante para o fim das rivalidades entre os dois primeiros Estados. A relevância desse ponto está na solução conjunta de um conflito que constituiu um obstáculo central para as relações e para a construção de uma confiança mútua. Ademais, outro marco político-diplomático encontra-se na Declaração de Iguazu de 1985, pois esta constituiu a semente para que fossem firmados outros acordos posteriormente.

Existem outros fatores que ajudam a explicar o desmonte da tônica então dominante e a criação de condições favoráveis à aproximação que resultaram na assinatura da Ata de Integração em 1986 e o Tratado de Assunção de 1991, por meio do qual o Mercosul foi efetivamente criado. Um elemento a ser destacado diz respeito ao contexto internacional, uma vez que ocorreu a identificação de problemas e desafios comuns por Argentina e Brasil. De fato, os anos 1980 foram marcados pela retomada do bipolarismo e pelo esvaziamento dos foros multilaterais internacionais, ao mesmo tempo em que mecanismos multilaterais regionais passaram a configurar canais reais de atuação (SARAIVA, 2012). Além disso, o aumento da complementaridade econômica incentivou o esforço para incrementar o comércio regional. Outro fator reside na redemocratização nos dois Estados, pois a identificação de valores similares foi favorecida (SARAIVA, 2012).

A conjuntura geral auxiliou então na aproximação entre dois Estados cujas forças armadas foram consolidadas na hipótese de conflitos mútuos. Porém, cabe ainda destacar que iniciativas no campo da Defesa e Segurança Internacional foram importantes para o desmonte da desconfiança, sendo que nesta área a aproximação entre as trajetórias de Argentina e Brasil começou ao final da década de 1970 com a realização de exercícios conjuntos pelas marinhas dos dois Estados (HURRELL, 1998). Desse modo, ocorreu uma maior integração na área de segurança mesmo em períodos que as relações enfrentavam dificuldades de forma geral, conforme evidenciado pelo estabelecimento de uma rede de contato frente ao sequestro de diplomatas e o início de um diálogo mais próximo entre militares de alta patente em 1976 (SARAIVA, 2012). Ademais, a Guerra das Malvinas foi relevante para o movimento em pauta, uma vez que o Brasil, apesar de declarar neutralidade, apoiou a Argentina e serviu como representante desta junto ao governo britânico de 1982 a 1989 (CANDEAS, 2005). Por fim, a questão nuclear representou uma grande fonte de convergências nos anos 1980, como será discutido posteriormente.

Porém, é necessário recordar que o estabelecimento de uma fase com contornos claramente cooperativos, como é evidenciado a partir da metade da década de 1980, não significa a superação total de atritos. Assim, as convergências de agendas em foros multilaterais e os canais de diálogo foram instáveis, sendo possível notar distanciamento das visões de mundo e, assim, da política externa. Desse modo, a escolha argentina dos Estados Unidos como principal parceiro comercial na década de 1990 dificultou a

aproximação, uma vez que o Brasil buscava uma aliança limitada e contingente com o país da América do Norte (RUSSELL; TOKATLIAN, 2002). Além do mais, os desencontros políticos aumentaram quando atingiram a dimensão do comércio, o pilar do Mercosul, sendo que a desvalorização do Real em 1999 teve um forte impacto negativo nas relações bilaterais (SARAIVA, 2012).

Não obstante, o caso citado não significou em travamento permanente das relações bilaterais. Uma nova proposta de uma forma de integração regional, dessa vez tendo a América do Sul em seu todo como foco, concretizou-se com a criação da União das Nações Sul-Americanas (Unasul), que apresenta o objetivo de construir um espaço autônomo em relação a pressões externas para discutir os desafios da região. No âmbito desta, é extremamente relevante destacar o estabelecimento do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) ao final do ano de 2008 com a proposta de constituir uma instância de consulta, cooperação e coordenação em matéria de defesa. Entre seus objetivos encontram-se a consolidação da América do Sul como uma “Zona de Paz” e a construção uma identidade sub-regional de defesa (UNASUR, 2008). Tal movimento representou não só uma inovação para a América do Sul, mas também um novo patamar de entendimento entre Argentina e Brasil.

Durante o processo de construção de maior proximidade e confiança mútua para gerar uma cooperação estável, a área nuclear desempenhou um relevante, pois conforme afirma Oelsner (2005, p. 163, tradução nossa)

A possibilidade de cooperação surgiu primeiro em uma área particularmente delicada, nomeadamente o campo nuclear. A descoberta de interesses tecnológicos e militares comuns abriu as portas para a consolidação da cooperação nuclear, que depois de um começo modesto se tornou o triunfo político principal da integração Argentina-Brasil. Na verdade, o impacto político da aproximação nuclear fortemente contrabalanceou outras dificuldades³.

As expectativas acerca da utilização da energia nuclear ao final da Segunda Guerra Mundial impulsionaram Argentina e Brasil a criarem programas de pesquisa na área na década de 1950. No caso primeira, em 1968 foi iniciada a construção de Atucha I, a primeira usina nuclear da América Latina e, em 1983, com a inauguração da segunda, a Argentina tornou-se a segunda potência nuclear do então chamado terceiro mundo (OLIVEIRA, 1996). Além disso, o Plano Nuclear Argentino (PLAN) foi elaborado visando a busca de desenvolvimento autossuficiente em termos de recursos humanos e equipamentos, a obtenção do domínio do ciclo do combustível nuclear e a sua afirmação como um supridor confiável em matéria nuclear (ORSOLINI, 1984).

Já no caso brasileiro, a partir dos anos 1950 foram criados diversos institutos de pesquisa sobre o tema, sendo que entre as décadas de 1940 e 1970 foram firmados acordos com os EUA e em 1975, a Alemanha passou a ser um novo parceiro. O acordo para a construção da primeira usina nuclear brasileira, Angra I, foi fechado em 1969. Na década de 1970, o governo do presidente Ernesto Geisel apresentou um ambicioso projeto que previa a construção de dois complexos, um formado por nove usinas atômicas geradoras de energia e outro destinado ao domínio do ciclo completo do combustível nuclear (OLIVEIRA, 1998). A proposta, vinculada ao Programa Nuclear Civil, nunca foi totalmente implantada e não alcançou o resultado esperado. Contudo, o Programa Nuclear Militar obteve destacado sucesso no domínio da tecnologia do urânio enriquecido e trouxe importantes resultados tecnológicos para o país. Tal Programa surgiu em 1979 e era conhecido como “Paralelo”, sendo conduzido de forma secreta pelas Forças Armadas (ver BARLETTA, 1997).

Segundo Oelsner (2005), a política nuclear argentina foi conduzida de forma coerente e contínua, além de ser marcada pela estabilidade e profissionalismo. Por outro lado, no Brasil existia muito

³ Do original: “The possibility of cooperation arose first in a particularly delicate area, namely the nuclear field. Their finding of common technological and military interests opened the door to the consolidation of nuclear cooperation, which after a modest beginning became the main political triumph in Argentine-Brazilian integration. In fact, the political impact of their nuclear rapprochement largely counterbalanced other difficulties.”

pouco consenso sobre o tema nuclear, tanto em níveis políticos, científicos e de opinião pública. De qualquer modo, no início do desenvolvimento dos programas nucleares foi uma questão sensível para as relações entre Argentina e Brasil, existindo um reconhecido avanço tecnológico da primeira em relação ao segundo. A competição era enraizada em suposições de ameaça recíproca à soberania e à integridade nacional (VARGAS, 1997). O processo de integração ocorreu então de forma gradual e foi iniciado na área técnica, com o intercâmbio de informações entre cientistas dos dois países. Posteriormente, a integração passou a ser discutida em âmbito político e diplomático, processo este que se fortaleceu no final dos anos de 1970.

A cooperação nuclear do início dos anos 1980 entre os dois países partia do reconhecimento de que existia controle de tecnologia sensível por parte dos países industrializados. Assim, desenvolveu-se a percepção de que Argentina e Brasil precisavam se unir para conseguir perseguir seus objetivos no cenário nuclear mundial. A mesma lógica aplica-se à recusa histórica dos dois países em serem signatários do Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP), uma vez que este era entendido como um mecanismo discriminatório utilizado pelas potências (CASTRO, 2006). Em 1980 foi firmado então entre os dois Estados o Acordo de Cooperação para o Desenvolvimento e Aplicação dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear.

Em 1985 foi firmada a Declaração Conjunta sobre Energia Nuclear, em que era reconhecida a importância da energia nuclear e as dificuldades enfrentadas na área e criava um Grupo de Trabalho conjunto. Seguiu-se então uma série de visitas recíprocas por parte dos presidentes às instalações nucleares, estimulando a construção da confiança mútua. Em 1988 foi firmada a Declaração de Iperó, que consolidava o incremento de visitas e compartilhamento de informações.

Há um esforço de Argentina e Brasil para aumentar a transparência de suas atividades nucleares como um meio para obter maior facilidade de acesso às tecnologias sensíveis. Em 1990 foi firmada a Declaração sobre Política Nuclear Comum Brasileiro-Argentina, que criava o Sistema Comum de Contabilidade e Controle (SCCC) para desenvolver mecanismos que assegurassem tal objetivo, sendo que também foram previstas negociações com a AIEA. Esse caminho foi aprofundado pelo Acordo Brasil-Argentina para Uso Exclusivamente Pacífico de Energia Nuclear em 1991, que criou a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC), a qual representa uma inovação para aplicação de salvaguardas na área nuclear, e pela finalização do Acordo Quadripartite entre Argentina, Brasil, ABACC e a AIEA em 1991. Assim, o cerne da questão nuclear deixou de ser a autonomia tecnológica e ocorreu a procura por maior transparência e legitimidade (VARGAS, 1997). Nesse sentido, a Argentina aderiu ao TNP em 1995 e o Brasil em 1998.

A área nuclear é desta forma um campo que demonstra o desmonte da rivalidade e da desconfiança na busca de cooperação. Porém, é uma matéria muito peculiar, tanto por seu próprio alto grau de sensibilidade quanto por representar avanços no diálogo bilateral em momentos que outros temas apresentavam tensões e dificuldades.

Todo esse processo de construção da cooperação refere-se à mudança de uma cultura, que por sua vez se encontra relacionada às estruturas sociais. Wendt (2000) propõe três modelos de cultura para análise: a hobbesiana, a lockeana e a kantiana. De acordo com Russell e Tokatlian (2002), as relações entre Argentina e Brasil nunca foram pautadas por uma lógica hobbesiana, de identificação do outro como inimigo. Seria possível observar uma cultura lockeana, de rivalidade entre os países, até os anos 1980. A partir de então teriam sido incorporados elementos kantianos, de amizade, a tal visão. Candeas (2005, p. 33) afirma que “a intensificação dos laços sociais e culturais em todos os níveis permitirão ‘internalizar’ uma cultura de amizade (...), suplantando os resquícios de rivalidade e equilíbrio de poder”. Porém, é importante destacar, de acordo com Russell e Tokatlian (2002), que a cultura de rivalidade foi transcendida, mas o início de uma de amizade ainda é frágil. Primeiramente, porque há uma baixa internalização das normas, estando a amizade mais relacionada a uma estratégia interessada do que a uma identificação legítima. Ademais, não se pode constatar observância a algum tipo de regra de ajuda mútua.

Subjacente a tais considerações, encontra-se a questão da identidade. De acordo com Wendt (2000), esta é uma propriedade dos atores que gera disposições motivacionais e de comportamento e é

constituída por estruturas internas e externas. Assim, sua constituição não é dada somente pelo ator, mas também por suas relações com o Outro. Wendt distingue quatro tipos de identidade e argumenta que, com a exceção de uma, todas podem assumir formas múltiplas simultaneamente no mesmo ator. De qualquer modo, o que se faz interessante notar neste ponto é que não se trata de uma categoria imutável, uma vez que uma mudança de cultura, o deixar de encara o Outro como rival e passar a visualizá-lo como amigo, implica em uma modificação, ainda que complexa e lenta, da identidade. Assim, a transformação das percepções acerca do Outro relaciona-se a um processo mais amplo de redefinição de uma identidade própria, sendo relevante destacar que as identidades constituem a base para os interesses dos atores.

Dessa forma, a questão da identidade deve ser considerada ao se analisar as relações bilaterais entre Argentina e Brasil. Utilizar tal perspectiva não significa negar a proeminência de fatores materiais e interesses pragmáticos. Assim, conforme o desenho histórico feito evidencia, a aproximação entre os Estados na área nuclear ocorreu devido a uma estratégia interessada em unir forças diante de um ambiente internacional desfavorável às ambições de cada um. Ademais, as iniciativas para promover bilateralmente a transparência têm suas raízes na desconfiança, servindo como exemplo para esta afirmação o fato que a ABACC, a grande inovação em matéria nuclear de Argentina e Brasil, tem “Controle” em seu nome, representando a necessidade mútua de se assegurar acerca das intenções e atividades do Outro. Ainda assim, as identidades devem ser levadas em conta, pois a construção de um processo em que há interação constante, são produzidos resultados conjuntos e a confiança mútua é gerada torna possível a elaboração de uma nova forma de perceber o Outro e o papel que se tem a cumprir diante deste, transformando nessa dinâmica as identidades.

É possível então aplicar a análise de Russel e Tokatlian ao campo nuclear especificamente, pois uma cultura de rivalidade foi, apesar de alguns atritos, superada. Contudo, ainda não é possível afirmar a existência uma real cultura de amizade e a construção de uma identidade conjunta na área. A inclusão de mais elementos é necessária para que se possa formar um quadro mais claro da questão e identificar os entraves potenciais para uma maior identificação.

3 APROFUNDANDO O ESTUDO DE ELEMENTOS SUBJETIVOS: O PAPEL DAS NORMAS

É possível aprofundar essa perspectiva para o entendimento das relações entre Argentina e Brasil por meio da inserção de outro aspecto na análise: o papel das normas. De acordo com Farrell (2002), estas são crenças enraizadas e reproduzidas por meio da prática social sobre o mundo social e natural que definem os atores, suas situações e suas possibilidades. A própria definição de tais crenças inter-subjetivas ajuda a compreender a importância das mesmas ao dar indícios de seus efeitos. Conforme Kowert e Legro (1996) destacam, estes ocorrem em termos interesses, instrumentalidade e estrutura normativa. O primeiro aspecto refere-se à possibilidade de que preferências e interesses sejam moldados por normas. Por sua vez, o segundo elemento diz respeito à definição dos meios considerados legítimos para a busca de objetivos. Por fim, o último ponto relaciona-se aos efeitos que uma norma tem sobre outras normas e sobre identidades.

É importante notar que tanto Farrell quanto Kowert e Legro consideram que as normas têm uma existência objetiva. Isso ocorre porque se encontram em um ambiente físico e são vinculadas a atores deste entorno. Assim, as crenças que os atores compartilham deixam resíduos físicos. O reconhecimento destes não é geralmente fácil, mas é possível identificar as normas a partir de dois focos: no que os atores fazem, o comportamento, e no que os atores dizem, ou seja, como justificam suas ações (KOWERT; LEGRO, 1996). A junção destes dois pontos apresenta-se como uma profícua possibilidade para entender como são moldadas e transformadas as crenças dos atores sobre o mundo social, e dessa forma, o comportamento e os valores gerados. Essa perspectiva tem potencial para ajudar então no entendimento das identidades e das modificações das percepções em relação ao Outro.

Um exemplo de como trabalhar com as normas é encontrado na teoria do ‘ciclo de vida’ normativo e Finnemore e Sikkink (1998). Tal modelo busca explicar como uma determinada norma ganha

relevância no cenário internacional e para isso estabelece três estágios, sendo que a conclusão do ciclo não é inevitável. A primeira etapa dessa teoria é caracterizada pela emergência da norma, sendo que *entrepreneurs* buscam convencer Estados críticos a aceitarem a norma que estão promovendo. Posteriormente, há a aceitação da norma e é provocado um efeito cascata, a socialização da norma entre outros Estados. Por fim, existe a fase da internalização, em que as normas são consideradas quase que como um dado, ou seja, não estão mais no centro de debates políticos e sociais.

Esse modelo é bastante difundido e costuma ser aplicado em casos de normas relativas aos direitos humanos e das mulheres. Porém, o “ciclo de vida” normativo não costuma ser usado em explicações referentes a relações bilaterais, uma vez que seu próprio objetivo é mais amplo. Contudo, a teoria pode fornecer elementos para o início de considerações em um quadro mais restrito em que se pretende analisar não a ascensão especificamente das normas, mas qual o papel que estas desempenham para o relacionamento dos atores. Nesse caso, o auxílio toma forma de perguntas que devem servir como guia para o trabalho depois de identificadas as normas a serem estudadas. Dessa forma, são indagações relevantes: quais são os atores que promovem uma determinada norma? Ocorre um processo de institucionalização? E é possível conceber a internalização?

Desse modo, o estudo dessas crenças intersubjetivas, associado necessariamente à questão das identidades, tem potencial para ajudar na compreensão das relações entre Argentina e Brasil e deve ser aprofundado, especialmente com o fato que, conforme já citado, Russell e Tokatlian apontam a baixa internalização das normas em geral como um fator que dificulta a formação de uma real cultura de amizade entre os Estados. Nesse sentido, a pesquisa relativa ao campo nuclear pode fornecer elementos que auxiliam na construção de um quadro mais claro e amplo da situação na área de Defesa e Segurança Internacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A oscilação entre rivalidade e cooperação nas relações entre Argentina e Brasil representa um rico tema de estudo, especialmente ao se considerar o papel da área nuclear nessa dinâmica. A reflexão em termos de identidades possibilita um esforço mais profundo para compreender a construção da confiança mútua e da cooperação de forma mais além de um simples equilíbrio de poder impossibilitado por disparidades econômicas e peso relativo diferente no cenário mundial. Abre-se espaço então para considerar os fundamentos de uma cultura de amizade e as dificuldades para que ocorra uma identificação com o Outro. Identificação entendida nesse ponto como um processo cognitivo que faz com que a distinção entre o Eu e o Outro se torne borrada, ou seja, é criada uma extensão das fronteiras do Eu para abranger uma parte do Outro (WENDT, 2000). Esse movimento diz respeito à identidade coletiva e geralmente é reduzido a uma área específica.

Porém, há pertinência em ultrapassar essas considerações. Para isso, foi apresentada brevemente a possibilidade de considerar o papel das normas no processo de aproximação. Tal consideração se aproxima mais de uma agenda proposta de pesquisa do que uma hipótese e um trabalho já concretos de investigação. De qualquer forma, para o esforço de inserir tal questão nos debates acerca do relacionamento entre os Estados citados, é necessário restringir a análise a um campo específico, e as particularidades da área nuclear fazem da mesma um recorte com potencial profícuo para o trabalho. Assim, faz-se necessário primeiramente buscar reconhecer as normas mais relevantes nessa matéria e analisar em até que ponto estas influenciam o comportamento dos atores e qual o resultado dessa dinâmica.

A reflexão sobre as normas é um assunto complexo que ainda tem muito a ser explorado e pode contribuir um conhecimento mais enriquecedor acerca dos relacionamentos estatais. A questão nuclear, conforme já citado, representa um quadro propício para tal argumentação. Uma objeção passível de ser feita é que o campo não é de grande relevância para Argentina e Brasil, uma vez que nenhum desses países conta com arsenal atômico. Porém, é justamente a consideração sobre como esse quadro foi desenhado, especialmente em termos de escolhas, que torna o ponto, de grande destaque na aproximação entre os Estados, tão apropriado para a proposta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACORDO de cooperação entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Argentina para o desenvolvimento e a aplicação dos usos exclusivamente pacíficos da energia nuclear, 17 de maio de 1980. Buenos Aires.
- ACORDO entre a República Federativa do Brasil, a República Argentina, a Agência Brasileiro-Argentina de Controle e Contabilidade de materiais nucleares (ABACC) e a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) para a aplicação de salvaguardas, 13 de dezembro de 1991. Áustria.
- ACORDO entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina para uso exclusivamente pacífico da energia nuclear, 20 de agosto de 1991.
- BARLETTA, Michael. *The military nuclear program in Brazil*. Center for International Security and Arms Control, Stanford University, 1997.
- CASTRO, Ricardo Medeiros de. *Reinterpretando a cooperação nuclear entre Brasil e Argentina: as diversas nuances e perspectivas deste relacionamento no contexto mundial*. Dissertação Mestrado em Relações Internacionais) – Ufrgs. Porto Alegre, 2006.
- CANDEAS, Alessandro Warley. Relações Brasil-Argentina: uma análise dos avanços e recuos. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 2005, n. 48.
- DECLARAÇÃO Conjunta sobre Política Nuclear, Foz do Iguaçu, 30 de novembro de 1985. Foz do Iguaçu.
- DECLARAÇÃO de Iperó, 8 de abril de 1988. Iperó.
- FARRELL, Theo. Constructivism Security Studies: portrait of a research program. IN: *The International Studies Review*, vol. 4, n. 1, 2002, pp. 217-231.
- FINNEMORE, Martha. SIKKINK, Kathryn. International Norm Dynamics and Political Change. *International Organization*, n. 52, 1998. p. 887-917.
- HURRELL, Andrew. An emerging security community in South America? IN: ADLER, Emanuel; BARNETT, Michael (edt.). *Security Communities*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- KOWERT, Paul; LEGRO, Jeffrey. Norms, Identity, and Their Limits: A Theoretical Reprise. IN: KATZENSTEIN, Peter J. (org.). *The Culture of National Security: Norms and Identity in World Politics*. Nova York: Columbia University Press, 1996.
- LESSA, Antonio Carlos. Brazil's strategic partnerships: an assessment of the Lula era (2003-2010). *Revista Brasileira de Política Internacional*, n. 53 (special edition), 2010, pp. 115-131.
- MARTINS FILHO, João Roberto. O projeto do submarino nuclear brasileiro. *Contexto Internacional*, v. 33, n. 2, 2011, pp. 277-314.
- MATHIAS, Suzeley Kalil; GUZZI, André Cavaller; GIANNINI, Renata Avelar. Aspectos da integração regional em defesa no Cone Sul. *Revista Brasileira de Política Internacional*, n. 51, 2008, pp. 70-86.
- MELLO, Leonel Itaussu Almeida. *Argentina e Brasil: A balança de poder no Cone Sul*. São Paulo: Annablume Editora, 1996.
- OELSNER, Andrea. *International Relations in Latin America: Peace and Security in the Southern Cone*. Nova York e Londres: Routledge, 2005.
- OLIVEIRA, Odete Maria de. A integração bilateral Brasil-Argentina: tecnologia nuclear e Mercosul. *Revista Brasileira de Política Internacional*, n. 41, 1998, p. 5-23
- _____. *Integração nuclear Brasil-Argentina: uma estratégia compartilhada*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1996.
- ORSOLINI, Mario H. O plano nuclear argentino: um modelo de ação estratégica. *Política e Estratégia*, v. 2, n. 4, 1984, pp. 518-526.
- RUSSELL, Roberto; TOKATLIAN, Juan Gabriel. El lugar del Brasil en la política exterior de la Argentina: La visión del otro. *Desarrollo Económico*, v. 42, n. 167 (Oct. – Dec., 2002), pp. 405-428.
- SARAIVA, Miriam Gomes. *Encontros e desencontros: o lugar da Argentina na política externa brasileira*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. (Coleção Relações Internacionais – Série Parcerias Estratégicas do Brasil).

UNASUR. Estatuto. *Decisión para el Establecimiento del Consejo de Defensa Suramericano de la UNASUR*, de 16 de dezembro de 2008. Brasil. Disponível em:

<http://www.unasursg.org/index.php?option=com_content&view=article&catid=82:consejo-suramericano-de-defensa&id=329:estatutos-de-creacion-consejo-de-defensa-suramericano >. Acesso em: 01 jun 2012.

VARGAS, Everton Vieira. Átomos na integração: a aproximação Brasil-Argentina no campo nuclear e a construção do MERCOSUL. *Revista Brasileira de Política Internacional*, n. 40, 1997. p. 41-74.

WENDT, Alexander. Identity and Structural Change in International Politics IN: LAPID, Yousef; KRATOCHWILL, Friederich. *The return of Culture and Identity in IR Theory*. Boulder, Lynne Rienner, 1996.

WENDT, Alexander. *Social Theory of International Politics*. New York: Cambridge University Press, 2000.